



Organização dos  
Estados Americanos

GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)



OEA/Ser.E  
GRIC/INNA-2/11  
25 maio 2011  
Original: português

RELATÓRIO NACIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS  
COMPROMISSOS EMANADOS DA V CÚPULA DAS AMÉRICAS



**RELATÓRIO NACIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS  
COMPROMISSOS EMANADOS DA V CÚPULA DAS  
AMÉRICAS**

**2011**

## SUMÁRIO

<b>I – INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>II – PROMOÇÃO DA PROSPERIDADE HUMANA</b>	<b>4</b>
<b>Combate à fome e à pobreza. Proteção social.</b>	<b>4</b>
<b>Igualdade de gênero</b>	<b>4</b>
<b>Proteção da infância</b>	<b>5</b>
<b>Combate ao racismo e demais formas de intolerância</b>	<b>6</b>
<b>Educação</b>	<b>6</b>
<b>Assistência ao idoso e à pessoa portadora de deficiência</b>	<b>8</b>
<b>Tráfico de pessoas</b>	<b>9</b>
<b>Propriedade intelectual</b>	<b>9</b>
<b>Inclusão digital</b>	<b>10</b>
<b>III – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA</b>	<b>10</b>
<b>Acesso à energia</b>	<b>10</b>
<b>IV – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	<b>10</b>
<b>Desenvolvimento sustentável</b>	<b>10</b>
<b>V – CONCLUSÃO</b>	<b>11</b>
<b>ANEXO</b>	<b>12</b>

## I – INTRODUÇÃO

O Brasil tem dado ênfase ao desenvolvimento articulado com a retomada do crescimento econômico na condução das políticas públicas. O exemplo brasileiro comprova que a existência de programas sociais que contemplam a transferência de renda por meio do Estado contribui para fortalecer as perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico.

O Brasil assumiu o compromisso de construir um novo contrato social com prioridade de erradicar a fome; reduzir a pobreza e a desigualdade social; promover a melhoria das condições de vida dos brasileiros; crescer com distribuição de renda; garantir acesso aos direitos sociais; ampliar o mercado de bens de consumo de massa e aumentar investimentos públicos. A economia deveria evoluir, portanto, combinando crescimento do PIB e do emprego, estabilidade macroeconômica e redução da pobreza e da desigualdade.

O Brasil lidou com a recente crise econômica dando ênfase a seu aspecto social. Promoveu-se aumento da proteção social, com ampliação de programas de transferência de renda, para manter consumo e dinamizar a economia. Coube ao Estado brasileiro o papel-chave na tarefa de promoção de um modelo de desenvolvimento econômico e social que fosse democrático, inclusivo e sustentável.

No presente Relatório, serão descritos os programas de governo relacionados aos mandatos estabelecidos na última Cúpula das Américas, em 2009, e que constam da Declaração de Port-of-Spain, dentro dos seguintes eixos:

- a) Promoção da prosperidade humana,
- b) Promoção da segurança energética,
- c) Promoção da sustentabilidade ambiental,
- d) Fortalecimento da segurança pública
- e) Fortalecimento da governança democrática.

O presente Relatório busca complementar as informações prestadas no ano passado (documento OEA/Ser.E GRIC/INNA-1/10, de 24 de maio de 2010), com os desdobramentos obtidos no último ano nas áreas mencionadas na Declaração de Port-of-Spain. Para permitir o acompanhamento das ações de Governo nessas áreas, é fornecido em anexo relação de “links” para “sites” do Governo brasileiro que contêm pormenores sobre programas selecionados.

## **II - PROMOÇÃO DA PROSPERIDADE HUMANA**

### **Combate à fome e à pobreza. Proteção social**

A proteção social especial destina-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou que já tenham sofrido rompimento dos laços familiares e comunitários. É desenvolvida nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), que ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em diversas situações de violação de direitos. O CREAS possui equipe especializada multiprofissional (assistente social, psicólogo, educador) de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência sofrida. Em 2009, já havia 1.057 CREAS cofinanciados pelo governo federal em 1.233 municípios de todo o país.

Outras iniciativas se apresentam como relevantes para a inclusão social, especialmente as voltadas para populações específicas. Entre elas, destacam-se: i) a Agenda Social Criança e Adolescente, voltada à promoção dos direitos desse segmento vulnerável à violência; ii) o Programa BPC na Escola, que prevê o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; iii) o Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, que dispõe, entre outros, sobre o fortalecimento das redes de atendimento, prevenção, proteção e defesa de pessoas idosas vítimas de violência; iv) o Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, com a realização de ações de fiscalização; e v) o Programa Brasil Quilombola, que inclui ações de acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local.

### **Igualdade de Gênero**

Em 2010, o Brasil foi sede da XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. De 13 a 16 de julho, 900 participantes discutiram o estado, os diferentes modelos e padrões de desenvolvimento e medidas para alcançar a igualdade de gênero. A Conferência, como órgão subsidiário da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), foi co-organizada por esta e pelo governo brasileiro através da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O documento aprovado ao final da XI Conferência, chamado “Consenso de Brasília”, aponta os

desafios para se alcançar a igualdade de gênero, com ênfase na autonomia e empoderamento econômico das mulheres, especialmente as afro-descendentes e indígenas, e indica a adoção de políticas de promoção dos direitos das mulheres pelos países signatários.

### **Proteção da infância**

Entre os avanços ocorridos desde 2009, ressalte-se a Legislação Brasileira de Proibição de Castigos Físicos e Iniciativas de Combate à Exploração Sexual.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, em seu artigo 5º, que "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". Tendo em conta essa disposição legislativa e a celebração, em 2010, dos vinte anos do ECA, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, decidiu encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei que regulamenta o artigo 5º do ECA, garantindo o direito da criança e do adolescente a serem educados e cuidados sem o uso de qualquer forma de violência, e considerando os castigos físicos e degradantes como práticas de disciplina incompatíveis com o processo educativo.

O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes tem por objetivo o fortalecimento das redes de proteção a crianças e adolescentes vítimas da violência sexual e prevê, como um de seus instrumentos, a elaboração de estudos quantitativos e qualitativos para a análise do fenômeno. O programa, ora em implementação, contempla dezenove Estados da federação e deverá contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e para o cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança, de seu Protocolo Facultativo sobre a Venda de Crianças, a Prostituição e a Pornografia Infantil e do Protocolo Facultativo à Convenção de Palermo sobre o Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e de Crianças.

## **Combate ao Racismo e demais formas de Intolerância**

O Brasil defende projeto atual e abrangente, que reafirme os instrumentos de proteção regionais e internacionais, incorpore as recomendações e os princípios emanados dos documentos finais da Conferência de Santiago de 2000 e da Conferência de Durban de 2001, a fim de fortalecer o combate ao racismo, à discriminação e à intolerância nas Américas. O Brasil assumiu a presidência do Grupo de Trabalho por quatro vezes consecutivas desde então e tem desempenhado papel de liderança no processo de negociação. Destaca-se a importância de avançar e concluir as negociações do projeto em 2011, no contexto do Ano Internacional sobre Afrodescendentes, objeto da resolução AG/RES. 2550 (XL-O/10), da OEA. No ordenamento nacional, o racismo é crime inafiançável e imprescritível.

## **Educação**

As políticas e programas específicos de proteção social, como o Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), têm sido utilizados para a prevenção da evasão escolar. A contrapartida para a participação no programa é a matrícula dos filhos na escola, o que causa impacto na redução da taxa de evasão escolar.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento dos indicadores do ensino fundamental no Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representa iniciativa pioneira que reúne dois conceitos essenciais à qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Nos últimos anos, o resultado tem sido ascendente. Entre 2005 e 2009, a média passou de 3,8 para 4,6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de 3,5 para 4,0 nos anos finais do Ensino Fundamental, e de 3,4 para 3,6 no Ensino Médio. O IDEB serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação. Por meio de provas aos alunos e avaliações de desempenho das escolas – basicamente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil, o MEC é capaz de organizar dados mais precisos a respeito da qualidade da educação no Brasil.

O processo de ampliação do acesso à educação superior no Brasil é dividido em três vertentes: o financiamento do acesso para estudantes carentes, o aumento do número de vagas e a democratização do acesso.

a) Os programas Universidade para Todos (ProUni) e Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) contemplam ações voltadas à ampliação de acesso

e a permanência de estudantes nas Instituições de Ensino Superior. Desde 1999, ano da criação do FIES, mais de 560 mil estudantes já foram beneficiados com um valor total investido de R\$6,0 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos (dados da Caixa Econômica Federal). O FIES passou de 32.000 contratos firmados em 2009 para 74.000 contratos em 2010. No ProUni, foram ofertadas 241.273 bolsas (parciais e integrais) em 2010.

b) Com relação ao aumento do número de vagas, destaca-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem entre seus objetivos o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas. Desde o início do REUNI foram criadas 13 Universidades e mais de 100 campi. O aumento de vagas nas universidades federais foi da ordem de 187.000, em 2009, e 22.400 vagas projetadas para 2010 (projeção a ser confirmada pelo Censo da Educação Superior realizado pelo INEP). Além disso, em 2010 foram inauguradas duas novas universidades, totalizando 59 universidades federais em todo o país. Outro destaque é a criação das Universidades da Integração. A iniciativa é pioneira entre os países em desenvolvimento, pois pretende oferecer metade das vagas a professores e estudantes estrangeiros, em um ambiente acadêmico de integração. Com isso, associa de maneira institucionalizada a formação interdisciplinar, a convivência de culturas e a cooperação educacional. Nesse sentido, foram criadas a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

c) A democratização do acesso ao ensino superior é o objetivo do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). A proposta é representar uma forma de seleção unificada para o acesso às instituições de ensino superior públicas e privadas, bem como induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio e possibilitar a mobilidade acadêmica. Ademais, é utilizado como critério de seleção para os estudantes que concorrem a bolsas no ProUni.

No tocante ao ensino técnico e profissionalizante, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cobre todos os Estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Em 2010, foram inaugurados 31 campi de institutos federais tecnológicos. Dessa forma, já existem 366 escolas técnicas no Brasil, incluindo institutos federais, universidade tecnológica, centros federais de educação tecnológica e escolas técnicas ligadas a universidades, que oferecem 400 mil vagas em todo o país.

O programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual.

### **Assistência ao Idoso e à Pessoa Portadora de Deficiência**

No que diz respeito à situação do idoso, o Brasil exibe, no presente momento, quadro relativamente favorável. Em primeiro lugar, no que concerne às questões de seguridade social, a cobertura dos idosos encontra-se em patamares elevados: cerca de oito em cada dez idosos no País recebem algum tipo de benefício. Essa cobertura aumentou no início da década de 1990, com a instituição de benefícios operados pelo Governo Federal, como o Benefício de Prestação Continuada, a Previdência Social rural e urbana e o Programa Bolsa Família, destinados aos chamados “segurados especiais”. No plano internacional, o Brasil defende o aprofundamento do debate a respeito de futura convenção sobre os direitos dos idosos e seus princípios norteadores, principalmente tendo-se em conta a ausência de norma internacional vinculante sobre o tema.

Segundo o censo do IBGE relativo ao ano 2000, 14,5% da população brasileira (25 milhões de pessoas), seriam portadoras de alguma deficiência. No Brasil, o arcabouço legal e o quadro de ações governamentais para as pessoas com deficiência são orientados pela Constituição de 1988 e pela perspectiva dos direitos humanos, com particular atenção para a defesa da dignidade pessoal, da inclusão socioeconômica, da acessibilidade a serviços públicos essenciais como saúde, educação, transporte e segurança, assim como para o combate ao estigma e à discriminação que atingem pessoas com deficiência.

### **Tráfico de pessoas:**

O governo do Brasil se encontra elaborando o segundo “Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas” (PNETP). A primeira versão do plano, de 2008, está sendo utilizada como modelo para os países do MERCOSUL, particularmente no que se refere à capacitação de agentes públicos. O PNETP prevê ações não apenas na área de justiça e segurança pública, mas também nas áreas de relações exteriores, educação, saúde, assistência social, promoção da igualdade racial, trabalho e emprego, desenvolvimento agrário, direitos humanos, proteção e promoção dos direitos da mulher, turismo e cultura.

### **Propriedade intelectual:**

Internamente, o País desenvolveu estratégias inovadoras de combate à pirataria e à contrafação após a criação, em 2004, do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP)** órgão colegiado consultivo que congrega todos os órgãos governamentais com competência na área de aplicação e execução das leis, bem como representantes do setor privado.

Em 2009, o CNCP lançou novo Plano Nacional, que plasma o entendimento brasileiro de que, para lograr êxito no combate à pirataria e à contrafação, faz-se necessário atuar não só na vertente repressiva, como também nas vertentes educativa e econômica<sup>1</sup>. O Plano estabelece dezesseis objetivos estratégicos e propõe vinte e três projetos a serem executados entre 2009 e 2012. Destes, cinco são identificados como prioritários: “Parceria e Cooperação com Provedores de Internet”, sob a gerência do Ministério da Cultura; “Portal de Combate à Pirataria”, sob a gerência da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES); “Comércio contra a Pirataria”, sob a gerência da Confederação Nacional do Comércio (CNC); e “Cidade Livre de Pirataria” e “Feira Legal”, ambos sob a gerência do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). Em 2009, foi lançado, também, o selo “Brasil Original: compre essa atitude”, cujo objetivo é induzir mudança de comportamento dos consumidores, estimulando a escolha de produtos legais. Ainda em 2011, deverá ser lançado o novo relatório de

---

<sup>1</sup> Entende-se por vertente econômica a busca de maior sintonia entre modelos de negócio e as realidades socioeconômicas do País.

atividades do CNCP, que atualizará os resultados obtidos pelo órgão no combate a violações de direitos de propriedade intelectual no Brasil.

### **Inclusão Digital:**

Visando à diminuição dos custos de interconexão, um dos fatores que contribuem para o alto preço da banda larga nos países em desenvolvimento, o Brasil tem participado do "Diálogo Regional sobre os Custos dos Enlaces Internacionais e seus Impactos nos Preços de Banda Larga", reunido por iniciativa chilena com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 18 de agosto de 2010, em Santiago, e 20 de novembro de 2010, em Lima.

## **II – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA**

### **Acesso à energia:**

O Programa “Luz para Todos”, que teve início em 2003 e visa estender o acesso à rede elétrica ao maior número de brasileiros possível, atingiu a marca de 13 milhões de pessoas atendidas até dezembro de 2010. Estima-se que suas obras promoveram a criação de 346 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, além da utilização de 5,8 milhões de postes, 852 mil transformadores e 1,12 milhão de km de cabos elétricos.

## **III - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **Desenvolvimento Sustentável**

Regionalmente, com vistas à realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Brasil participou de reunião preparatória da América Latina e Caribe, organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2010. Na ocasião, o Secretário-Executivo da CEPAL resumiu os debates ao afirmar que a "economia verde" seria ainda um conceito a ser refinado, de acordo com as prioridades nacionais, e que deveria constituir oportunidade para o desenvolvimento. Do mesmo modo, agregou que "economia verde" não equivaleria à "economia de baixo carbono", uma vez que envolveria também consumo e produção sustentáveis e os valores culturais correspondentes.

O País também tem participado dos debates relativos à implementação dos compromissos assumidos em relação aos temas do desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 21, da Declaração do Rio e do Plano de Implementação de Joanesburgo (JPOI). Cumpre destacar a elaboração, conforme sugerido no Capítulo III do JPOI do “Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis” (PPCS), no âmbito do Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis, o qual foi instituído em 2008. O PPCS foi objeto de amplas consultas públicas, envolvendo diversas instâncias do Governo, academia e sociedade civil. A versão final do PPCS deverá ser publicada ainda no primeiro semestre de 2011 e orientará as estratégias e ações brasileiras em produção e consumo sustentáveis pelos próximos anos.

#### **IV – CONCLUSÃO**

A maioria dos programas de governo mencionados teve origem antes da adoção da Declaração de Port-of-Spain e resulta dos esforços que o Brasil empreende com vistas a promover o desenvolvimento sustentável com inclusão social, demonstrando empenho em avançar em suas políticas públicas de desenvolvimento.

O Brasil, desta forma, segue plenamente comprometido com o processo da Cúpula das Américas. Nossas iniciativas internas poderão ser compartilhadas com outros países da região

## ANEXO

### **Programas no âmbito do eixo “Promoção da Prosperidade Humana”**

Programa Fome Zero - <http://www.fomezero.gov.br/>

Bolsa Família - <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)

Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) -  
<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) -  
<http://www.mte.gov.br/Empregador/PAT/>

Programa de Organização Produtiva de Comunidades (PRODUZIR -  
[http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr\\_produzir](http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_produzir)

Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) -  
<http://www.mte.gov.br/pnmpo/default.asp>

Agenda Social da Criança e do Adolescente -  
<http://www.obscriancaeadolescente.org.br/?id=5>

Programas sobre Igualdade de Gênero -  
<http://www.sepm.gov.br/>

Programa de Erradicação do Trabalho Escravo -  
[http://www.mte.gov.br/trab\\_escravo/erradicacao\\_trab\\_escravo.asp](http://www.mte.gov.br/trab_escravo/erradicacao_trab_escravo.asp)

Programas sobre Igualdade Racial - <http://www.seppir.gov.br/>

Programa Brasil Quilombola - <http://www.seppir.gov.br/acoes/pbq>

Agenda Nacional do Trabalho Decente - <http://www.mte.gov.br/antd/default.asp>

Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - [http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/exploracao\\_\\_sexual](http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/exploracao__sexual)

Dados sobre saúde no Brasil (mortalidade, morbidade, indicadores epidemiológicos) -  
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>

Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil -  
[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1583](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1583)

Farmácia Popular do Brasil -  
[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=1095](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1095)

Brasil Sorridente - [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=406](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=406)

Mais Saúde – Direito de Todos - <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

Política Nacional de Humanização em Saúde (HumanizaSus) -  
[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id\\_area=1342](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1342)

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) -  
<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - <http://portalideb.inep.gov.br/>

Programa Brasil Alfabetizado (PBA) -  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12280&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=817)

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) -  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>

Universidade para Todos (Prouni) - <http://prouniportal.mec.gov.br/>

Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) -  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244&Itemid=462](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=462)

Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) -  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=303&id=198&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=303&id=198&option=com_content&view=article)

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) -  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085&id=12261&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085&id=12261&option=com_content&view=article)

Brasil Profissionalizado -  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12325&Itemid=663](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663)

Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP -  
<http://portal.mj.gov.br/>

Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) -  
<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7111CEC5PTBRNN.htm>

Inclusão Digital - <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital-mc>

Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) - <http://www.mc.gov.br/images/pnbl/o-brasil-em-alta-velocidade1.pdf>

Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR - <http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros>

Programa Computador para Todos - <http://www.computadorparatodos.gov.br/>

Programa Banda Larga nas Escolas - [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=823&id=15808&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=823&id=15808&option=com_content&view=article)

Programa Telessaúde - <http://www.telessaudebrasil.org.br/php/index.php>

### **Programas no âmbito do eixo “Promoção da Segurança Energética”**

Programa “Luz para Todos” - <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>

Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) - [http://www.mme.gov.br/spe/menu/programas\\_projetos/programa\\_brasileiro\\_etiquetagem.html](http://www.mme.gov.br/spe/menu/programas_projetos/programa_brasileiro_etiquetagem.html)

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel - <http://www.eletrobras.com/elb/procel/main.asp>

Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural - CONPET - <http://www.conpet.gov.br/w3/>

Balanco Energético Nacional - <http://www.epe.gov.br/Estudos/>

### **Programas no âmbito do eixo “Promoção da Sustentabilidade Ambiental”**

Plano Nacional para Mudança do Clima - [http://www.mma.gov.br/estruturas/169/\\_arquivos/169\\_29092008073244.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/169/_arquivos/169_29092008073244.pdf)

Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) - [http://www.mma.gov.br/estruturas/243/\\_arquivos/plano\\_de\\_ao\\_para\\_pcs\\_\\_\\_documento\\_para\\_consulta\\_243.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/243/_arquivos/plano_de_ao_para_pcs___documento_para_consulta_243.pdf)

Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) - <http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/Plano-de-Acao-para-Prevencao-e-Controlado-Desmatamento-na-Amazonia-Legal-PPCDAM/115>

Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) - <http://www.obt.inpe.br/prodes/>

Programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA) - <http://www.mma.gov.br/port/sca/arpa/>

### **Programas no âmbito do eixo “Fortalecimento da Segurança Pública”**

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) -

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/>

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) -

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/>

### **Programa no âmbito do eixo “Fortalecimento da Segurança Democrática”**

Portal da Transparência - <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>